

INCLUSÃO: PERSPECTIVA DOS PROFESSORES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

INCLUSION: PERSPECTIVE OF TEACHERS IN THE AULAS OF PHYSICAL EDUCATION OF FUNDAMENTAL TEACHING

Guilherme Henrique Barros Ramos*
João Carlos Pereira de Moraes**

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar os significados da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física na visão dos professores da área e como esse processo pode auxiliar no ensino e na aprendizagem. A amostra foi constituída por oito professores que atuam nas escolas municipais do ensino fundamental da cidade de Palmital, São Paulo. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário contendo sete questões fechadas e cinco abertas. Os resultados apontaram que cerca de 75% dos professores atuam na área a mais de 10 anos e cerca de 62,5% não possuem conhecimento suficiente para incluir alunos com deficiência em suas aulas. 75% dos participantes trabalham com alunos nas suas escolas que tenham algum tipo de deficiência, 50% dos professores têm em suas escolas alunos com deficiência física e, também, os estudos apontam que alunos com algum tipo de deficiência podem auxiliar no processo de ensino aprendizagem para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Docente. Educação Física.

ABSTRACT

The present study aimed to identify the meanings of the inclusion of students with disabilities in physical education classes in the vision of the teachers of the area and how this process can aid in teaching and learning. The sample consisted of eight teachers who work in the municipal schools of the city of Palmital SP of elementary school. For the data collection, a questionnaire containing seven closed questions and five open questions was used. The results showed that about 75% of teachers work in the area for more than 10 years and about 62.5% do not have enough knowledge to include students with disabilities in their classes. 75% of the participants work with students in their schools who have some type of disability, 50% of those surveyed have in their school's students with physical disabilities, and studies

* Graduado em Educação Física – Licenciatura pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – FAESO. giba.ramos2014@yahoo.com.br

** Doutorando em Educação (USP), Mestre em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Professor da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – FAESO. joaocarlos_pmoraes@yahoo.com.br

indicate that students with some type of disability can help the learning process for All involved.

Keywords: Inclusive education. Teacher training. Physical education.

Introdução

Na busca de melhorias para pessoas com deficiência, é necessário entender o conceito de deficiência e as barreiras que ela pode apresentar para todos os envolvidos, como aluno, professor e família. Porém, antes de tudo, é válido perguntar: O que é Deficiência? Em primeiro momento, vem à mente a relação: perfeito-defeituoso, normal-anormal, comum-incomum. Entretanto, conforme Smith (2008), para essa pergunta não há uma resposta direta, pois na condição humana, nem todos os conceitos são compatíveis, principalmente através das culturas.

Para entender um pouco sobre deficiência pode-se fazer um resgate na História da Educação Especial (SILVA, 1986 apud BRANDENBURG; LUKMEER, 2013). Mediante tal pensamento, o autor citado relata que, no período da antiguidade greco-romana, as pessoas com limitações, como, por exemplo, os surdos, cegos, deficientes intelectuais, deficientes físicos e doentes idosos, eram rejeitados e abandonados. A prática de execução era aceita nos padrões de ética.

Já no período da idade média, embasado nos princípios da Igreja Católica, a visão das pessoas sobre os deficientes sofre transformações, entre os aspectos que se diferem pode-se elencar que as famílias que tivessem um deficiente em sua composição eram consideradas detentoras de um castigo divino. Mesmo com a fé cristã de fundo, a exclusão ainda permanece muito forte naquele momento. Somente no século XX inicia-se a preparação dos alunos deficientes por etapas no ensino especializado e, conseqüentemente, surgem as primeiras intenções de sua inclusão no ensino regular.

Na história da Educação Especial Brasileira, a partir de 1960, surgem as políticas públicas iniciais referentes ao tema. Tais legislações procuravam garantir e orientar o trabalho educacional. Na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 4.024/61), por exemplo, há uma preocupação do poder público com a educação especial. Com o passar do tempo, essa importância da Educação Especial assume alta relevância no campo escolar, culminando nas

exigências de especialização adequada dos docentes e na sua integração em salas comuns, promulgadas na Legislação atual.

Nesse sentido, tanto a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no artigo 208, como a LDB 9394/96, recomendam o atendimento educacional especializado da criança com deficiência, bem como lugar preferencial de ação na rede regular de ensino. Isso só se tornou possível por meio da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), marco importante na luta pelos direitos humanos. Redigida em 1994, em Salamanca, na Espanha, esta Declaração foi assinada por cerca de cem países, reunida em conferência internacional apoiada pela UNESCO. O documento, além de defender a igualdade e oportunidades para todas as pessoas e a participação em sociedade da pessoa com deficiência, promulga que o sistema educacional deve ser organizado para atender a todos os alunos, independentemente de suas dificuldades.

Para operacionalizar as leis vigentes, a Secretaria de Educação Especial determina acesso ao ensino público, de preferência no ensino comum, a todas as crianças com necessidades especiais. Para Stainback e Stainback (1999), a convivência no ambiente escolar com as diferenças permite a construção de valores, como respeito. Assim, a educação inclusiva traz benefícios para todos os envolvidos no ensino-aprendizagem, não só para o aluno de educação especial.

Nesse sentido, Cidade e Freitas (2002) propõem que no processo de inclusão é preciso considerar as estratégias que serão utilizadas. O professor de Educação Física deverá conhecer a necessidade e as possibilidades de cada aluno, não existindo método ideal. Entretanto, o processo de inclusão apresenta muitas dificuldades no cotidiano educacional.

Para os autores Melo e Ferreira (2009), quanto à formação docente, há necessidade de aperfeiçoar o ensino das Universidades para profissionais da educação que incluam assuntos relacionados à inclusão social de pessoas com deficiência, para que eles percebam a importância de sua atuação na efetiva inclusão escolar dos alunos com deficiência no ensino comum. Já, segundo Vitta, Vitta e Monteiro (2010), no que diz respeito ao espaço físico e aos materiais, ressaltam que suas melhorias são de muita importância, mas não substituem os conteúdos relacionados às deficiências e técnica de ensino, que devem ser dados na formação profissional dos educadores.

Nesse contexto, o professor realmente qualificado para o ensino inclusivo é aquele que se engaja ética, afetiva e intelectualmente com conhecimentos pertinentes ao aluno deficiente, compreendo sua história e seus conhecimentos provenientes do cotidiano (MORAES; ROCHA; SILVA, 2016). Enfim, o professor pode promover procedimentos para eliminar barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos.

Este estudo é importante, pois o tema exige cada vez mais uma postura profissional e pedagógica por parte dos educadores, de forma a oferecer um ensino digno e atualizado para os alunos. Ou seja, atualmente há necessidade de construir conhecimentos teóricos e práticos sobre a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física no ensino regular.

Assim, este estudo teve como objetivo principal identificar os significados da inclusão no ensino regular na visão do professor de educação física. E como este processo pode auxiliar no ensino e aprendizagem.

Materiais e Métodos

Tipo de estudo

O estudo caracteriza-se em transversal, pois não houve manipulação sobre os indivíduos em estudo, descrevendo as características da amostra e, através das análises dos dados, retiraram-se as conclusões. O trabalho também assume características qualitativas e descritivas (VERGARA, 2009 apud RAMOS, 2014).

Amostra

Participaram desta pesquisa oito professores de Educação Física que atuam nas escolas da rede municipal do ensino fundamental da cidade de Palmital, São Paulo. Sendo denominados por: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8.

Instrumentos

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário como instrumento de medida, composto por 7 questões fechadas e 5 abertas. O questionário fora adaptado de Vergara (2009 apud RAMOS, 2014). Buscou os seguintes questionamentos, tais como, tempo de atuação na área de Educação Física, Conhecimento sobre Educação Inclusiva e onde obtiveram esse conhecimento. Abordou, ainda, se a participação do aluno com deficiência nas aulas de

Educação Física auxilia a inclusão na comunidade escolar e no processo de ensino e aprendizagem (VERGARA, 2009 apud RAMOS, 2014).

Procedimentos

A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e maio de 2017. O primeiro passo para a aplicação do questionário foi o de solicitar autorização dos diretores das escolas, explicando aos mesmos o objetivo da pesquisa e a ética que envolve este estudo. Com a anuência, ocorreu a aplicação do questionário aos professores da área de Educação Física que atuam na escola. Para a aplicação do questionário foi o de solicitar que cada participante assinasse um termo de consentimento.

Após ter esclarecidos todas as dúvidas foi entregue um para cada professor responder na própria escola na sala dos professores, ao terminarem foram recolhidos e feito o agradecimento por terem participado desta pesquisa.

Análise dos dados

A análise realizada das respostas foi visando o objetivo do estudo, sendo feita uma análise quantitativa e qualitativa das respostas obtidas. A análise das respostas das questões fechadas constituiu em estatística descritiva pela qual se pode observar de como os dados estavam distribuídos e de como as questões se diferenciavam e assim os dados foram quantificados em percentual. Para analisar as respostas abertas foram destacadas marcas discursivas relevantes ao objetivo do estudo.

Resultados e Discussões

Observou-se, na tabela 1, que 75% dos professores pesquisados atuam na área de Educação Física a mais de 10 anos.

Tabela 1. Tempo de atuação na área de Educação Física

	n	%
Menos que 01 ano	0	0%
Entre 01 e 05 anos	1	12,5 %
Entre 05 e 10 anos	1	12,5%
Mais de 10 anos	6	75%
Total	8	100%

Fonte: a pesquisa

Na tabela 2, pode-se verificar que todos os professores tinham graduação na área de Educação Física e 62,5% possuíam graduação e especialização na área.

Tabela 2. Formação Acadêmica

	n	%
Graduação	8	100 %
Especialização e Graduação	5	62,5%
Total	8	100%

Fonte: a pesquisa

Já a tabela 3 aponta que 12,5% dos entrevistados declaram não terem conhecimento sobre a Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada e cerca de 87,5% declaram ter conhecimento sobre Educação Especial.

Tabela 3. Conhecimento sobre educação Especial e/ou Educação Física adaptada

	n	%
Tem conhecimento	7	87,5%
Não tem conhecimento	1	12,5%
TOTAL	8	100%

Fonte: a pesquisa

Na tabela 4, vale salientar que cada participante pôde assinalar mais de uma alternativa, portanto observou-se que 50% dos pesquisados disseram ter conhecimento sobre Educação Especial a qual adquiriram das seguintes fontes, cursos de especialização e leituras independentes.

Tabela 4. Onde obtiveram essas informações

	n	%
Curso de graduação	2	25%
Cursos de extensão	2	25%
Palestras	3	37,5%
Curso de especialização	4	50%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Leituras independentes	4	50%
Outras fontes	0	0%

Fonte: a pesquisa

Na tabela 5 pode-se verificar que cerca 75% dos pesquisados apontaram terem alunos com deficiência em sua escola.

Tabela 5. Alunos com deficiência na escola

	n	%
Escolas com alunos com deficiência	6	75 %
Escolas que não há alunos com deficiência	2	25%

Fonte: a pesquisa

Na tabela 6, cerca de 50% dos pesquisados disseram terem alunos com deficiência em sua escola do tipo física. 62% dos pesquisados disseram terem alunos em sua escola com deficiência do tipo intelectual e 37% dos pesquisados disseram ter alunos com deficiência em sua escola do tipo visual e auditiva. Lembrando que cada participante pôde assinalar mais de um tipo de deficiência.

Tabela 6. Tipo de deficiência

	n	%
Física	4	50 %
Intelectual	5	62 %
Auditiva	1	12,5 %
Visual	2	25 %
Outras	0	0%

Fonte: a pesquisa

Desse modo, observando todas as tabelas anteriores e buscando extrapolar os dados para construir um perfil dos docentes participantes da pesquisa, vê-se que a maioria possui 10 anos ou mais na docência, possuindo graduação e especialização, alegam ter conhecimentos sobre educação especial, adquirido, possivelmente, em leituras próprias ou em cursos de especialização, atuando em escolas regulares com alunos em situação de deficiência, tendo contato, principalmente, com a deficiência intelectual ou física. Ou seja, os sujeitos de pesquisa pertencem a um rol de profissionais diretamente conectados ao tema, tanto em trabalho e formação.

Em relação ao questionamento da pergunta 7*, sobre a opinião se a participação do aluno com deficiência nas aulas de educação física traz benefícios a comunidade escolar? Os pesquisados apresentaram respostas:

Professor	Resposta
P1	Não , pois a falta de recursos tanto quanto o material quanto ao cuidador depende do grau da criança
P2	Sim , trazendo-os para o convívio social e afastando-os da ociosidade, mostrando-lhes a possibilidade de praticar um esporte que eleva sua autoestima e que ele possa se sentir mais feliz
P3	Sim , além de participarem das atividades embora com alguma dificuldade, mas também há uma aceitação por parte dos demais alunos havendo uma interação nas aulas.
P4	Sim , pois outros alunos irão aprender a conviver e a cuidar do próximo no caso o deficiente, já os deficientes os benefícios é ainda maior pois socialização e humanização fazendo melhorias e convívio com a realidade diversa.
P5	Sim é muito importante a inclusão dos deficientes numa turma escolar um fortalece a classe em ajuda mutua, colaboração, acolhimento, trabalhar diferenciação e as igualdades .
P6	Sim , pelo fato de conviver com todo tipo de pessoas considerada normais
P7	Sim , porque há uma interação por parte do aluno com deficiência com os que não tem
P8	Não , pois a atividade para o aluno com deficiência tem que ser específica, e ter acompanhamento de um professor só para acompanhá-lo para evitar lesões .

P1 e P8 consideram que não há benefícios na participação do aluno deficiente na escola, já os 6 demais professores ressaltam ser pertinentes a presença destes na Educação Básica. Entretanto, os discursos são pautados em visões que fogem a um aprendizado e desenvolvimento científico dos sujeitos aprendentes envolvidos. Percebe-se que os benefícios da presença são: elevação da autoestima e felicidade (P2), aceitação e interação (P3, P7), convivência (P4, P6), cuidado, socialização e humanização (P4), colaboração e acolhimento (P5). Nota-se, assim, que a inclusão, em tal perspectiva, isenta-se em criar estratégias de crescimento, desenvolvimento cognitivo e cultural dos próprios alunos (MORAES; ROCHA; SILVA, 2016).

Observou-se na tabela 8 que cerca de 62,5% dos pesquisados disseram não terem conhecimento suficiente para incluir alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

Tabela 8. Conhecimentos suficientes para incluir aluno com deficiência nas aulas de Educação Física

	n	%
Sim	3	37,5 %
Não	5	62,5 %
Total	8	100%

Fonte: a pesquisa

* Os grifos presentes no texto foram elaborados pelos pesquisadores.

Tais respostas mostraram-se de certo modo contraditórias na pesquisa, uma vez que, na questão 3, presente na tabela 3, a maioria dos profissionais ressaltava ter conhecimento da temática e, na questão anterior, ressaltam não possuírem conhecimentos suficientes para inclusão nas aulas de Educação Física. Ou seja, há um processo falho entre a formação obtida em cursos específicos e a prática docente. Nesse sentido, duas situações podem estar em vigência, uma não sendo excludente da outra, a formação proposta é deficitária, uma vez que inibe e não fomenta a reflexão sobre a prática, conforme afirma Schön (2000), e/ou os professores não tem tomado para si o processo de inclusão escolar (MIRANDA, 2004).

Em relação a questão 9 sobre o que o professor prioriza nas suas aulas para incluir esses alunos, as respostas foram:

Professor	Resposta
P1	Maior envolvimento entre todos os participantes em aula
P2	Ser criativo em nossas escolhas, procurar atividades que se adaptam aos objetivos e a limitação do aluno
P3	Atividade onde ele possa estar desenvolvendo suas habilidades de acordo com suas limitações.
P4	Não opinou
P5	Acolhimento, valorização , sempre fazer colocações todos somos seres humanos, colocar o amor em todo tempo da aula
P6	Não opinou.
P7	Não opinou.
P8	Não opinou.

Quatro dos professores não opinaram sobre o que enfatizam no processo inclusivo (P4, P6, P7, P8), dois docentes focaram em questões motivacionais (P1, P5) e dois destacaram a adaptação de atividades (P2, P3). Quanto as não respostas de alguns professores, pode-se pensar que a ausência traz à tona uma espécie discurso pautado no que se deseja esconder (MORAES, KUHN, 2017). Nesse caso, pode ser o medo de propagar algo errado, ou uma não atitude inclusiva ou, apenas, um ato de ignorar a pesquisa a ser realizada. Os dois professores que apresentaram aspectos motivacionais em suas ações trouxeram discursos pautados em visões espirituais de Educação Inclusiva (MANTOAN, 2003), associando a escola com espaço religioso, principalmente, P5. Tal perspectiva impede muita das ações efetivas dos docentes, uma vez que impossibilita um tratamento educativo que exige crescimento e desenvolvimento cognitivo. Por fim, os professores restantes apresentaram a adaptação como elemento essencial no processo pedagógico, porém elas são relativas pela limitação dos sujeitos e não das suas condições de ação.

Na questão 10, sobre os requisitos necessários para um professor de educação física incluir um aluno com deficiência nas suas aulas, obteve as respostas:

Professor	Resposta
P1	Que tenha uma sensibilidade e que conheça muito o que propõem em seu trabalho para as crianças com deficiência
P2	Ter a oportunidade de igual acesso como os demais alunos
P3	Conhecimento sobre a referida deficiência e o espaço físico e material adequado
P4	Adaptação , compreensão dos alunos e claro acessibilidade
P5	Muito amor , aprender a trabalhar com as diferenças, vivenciar outras ocasiões relacionadas a deficiências
P6	Especialização na área
P7	Ter um profissional na área para auxiliar a inclusão
P8	Não opinou.

Percebe-se que quatro professores atribuem ao conhecimento e/ou ação didática requisito necessário à inclusão (P1, P3, P4, P6); dois docentes a elementos exteriores a eles, a oportunidade de acesso (P2) e a profissionais auxiliares (P7); um professor traz como requisito o intrínseco para a inclusão (P5), como o amor; um professor não respondeu (P8). Com o levantamento, percebe-se que a formação docente ainda consiste a melhor forma de modificar a Educação Inclusiva, só com ela, será possível pensar outra lógica de atuação no ambiente escolar (CIDADE; FREITAS, 2002).

Na questão 11, sobre a opinião da inclusão de alunos com deficiência no ensino de jogos e brincadeiras, os pesquisados responderam:

Professor	Resposta
P1	A inclusão deve ser através de jogos psicomotores de raciocínios lógicos até mesmo com materiais comuns como bolas, isto é, depende do grau de deficiência do aluno
P2	Planejar as aulas de acordo com as especificidades dos alunos de cada turma , tendo como objetivo o desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor não só do estudante com deficiência, mas de todos os estudantes
P3	Criando atividade onde este aluno possa estar interagindo ou de acordo com suas condições
P4	Através das limitações do aluno deficiente
P5	Igualando aluno convencional, trabalhar o cognitivo, trabalhar a concentração o pedagógico e didático
P6	Com acompanhamento de professores com especialização na área
P7	Adaptando as brincadeiras e jogos para todos
P8	Não opinou.

Referente à questão, cinco professores pensam o planejamento em Educação Física com associação a adaptação (P1, P2, P3, P4, P7). Entre esses, três relacionam a adaptação a limitação do aluno (P1, P3, P4), o que gera visões limítrofes sobre a condição de desenvolvimento dos alunos, e dois professores (P2, P7) consideram a turma e suas

necessidades como elemento para o processo adaptativo. Um professor (P5) acredita que igualar os alunos torna-se o caminho para o trabalho pedagógico, o que remonta a visão de que há um nível de normalidade aceitável para os sujeitos que deve ser buscado por todos (MANTOAN, 2002).

Na questão 12, como deve ser feita a inclusão de alunos deficientes no ensino de esportes, responderam da seguinte forma:

Professor	Resposta
P1	Através de jogos adaptados tanto para o normal “quanto o deficiente”
P2	Até que o aluno se adapte, modificar as regras do jogo , sem alterar sua essência, diminuir o tamanho da quadra ou campo. Deixar o aluno escolher qual modalidade ele mais se adapta
P3	Preparar os alunos para haver uma aceitação sem discriminação
P4	Através de suas limitações: adaptações, acessibilidade, compreensão, aproximação
P5	Cada caso é um caso, conforme a sua deficiência colocá-lo em um esporte que ele se sinta bem e feliz . Valorizar o que ele tem de melhor, e eles tem muita coisa boa para nos passar e acreditar mais neles
P6	Em uma escola que ofereça um espaço físico adaptado e com professores especializados para atende-lo com dignidade
P7	O ensino de esporte deve ser adaptado para todos os alunos de tal forma a não excluir os alunos que tenham algum tipo de deficiência
P8	Não opinou.

A inclusão no ensino de esportes é vista como atribuída a diferentes agentes no processo educacional: um professor considera o outro como agente da inclusão (P7), ao espaço e a outros professores; dois professores acreditam que sentimentos e relações interpessoais sejam as promotoras de tal mudança (P3, P5); quatro docentes consideram o processo de inclusão como adaptações das atividades (P1, P2, P4, P7); um professor não opinou.

Considerações Finais

O presente estudo verificou que todo o indivíduo em idade escolar tem direito de frequentar a escola regular em classes comum e que o processo de ensino e aprendizagem aconteça atendendo as diferenças. Cabe ao professor de educação física adotar uma pedagogia que integra, interage e trabalha com muito diálogo para que o ensino aconteça para todos sem discriminação.

Percebeu-se ainda que o termo inclusão e escola deva estar organizada para atender as especificidades educativas de todos os alunos independente da sua condição social,

econômica, física e psíquica, trabalhando em sintonia onde todos os envolvidos aprendam de forma mútua.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases de 20 de dezembro de 1961- LDB 4024/ 1961 e Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. LDB 9394/1996.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição brasileira de 1988.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. Educação Física e Inclusão: considerações para prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, v. 14, p. 27-30, 2002. Edição Especial - Educação Física Adaptada.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar. O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, F. R. L. V. de; FERREIRA, C. de A. O cuidar do aluno com deficiência na educação infantil sob a ótica dos Professores. **Rev. Bras. Educ. Esp.** Marília, v. 15, n. 1, p. 121-140, jan./abr. 2009.

MIRANDA, A. A. B. História, deficiência e educação especial. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 15, p. 1-7, 2004.

MORAES, J. C. P.; ROCHA, L. R. M.; SILVA, M. C. O surdo e a escrita numérica. **Espaço (Rio de Janeiro. 1990)**, v. 40, p. 35-43, 2013.

MORAES, J. C. P.; KUHN, T. Lápis, papel e ação: rascunhos, discursos e rabiscos entre liberdade e educação matemática. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 22, n. 2, p. 163-175, 2017.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SILVA, O. M. **Epopeia Ignorada: a história da pessoa deficiente no mundo de ontem de hoje.** São Paulo: CEDAS, 1987. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/130604275/A-Epopeia-Ignorada-Oto-Marques-da-Silvacorrigido>>. Acesso em: 4 maio 2017.

SMITH, D. D. **Introdução a educação especial: ensinar em tempos de inclusão.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STANBACK. S.; STAMBACK W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

UNESCO. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS, 1994, Salamanca. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: Corde, 1994.

VITTA, F. C. F. de; VITTA, A. de; MONTEIRO, A. S. R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial ABPEE, v. 16, n. 3, p. 415-428, 2010.